

2021

RELATÓRIO DE GESTÃO

CGE
Prevenção, Controle e Transparência



CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ

*Av. Pedro Freitas, 1900 - São Pedro, Teresina - PI, 64018-900
(86) 3326-2000 www.cge.pi.gov.br*

JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS

Governador do Estado

MARIA REGINA SOUSA

Vice-Governadora

MÁRCIO RODRIGO DE ARAÚJO SOUZA

Controlador-Geral do Estado

PAULO HENRIQUE MELO PORTELA

Controlador-Geral Adjunto do Estado

ANTÔNIO LIMA BACELAR JÚNIOR

Corregedor-Geral do Estado

SORAYA CASTELLO BRANCO

Ouvidora-Geral do Estado

Sumário

04 APRESENTAÇÃO

05 PARTE 1 - VISÃO GERAL

- 06 Mensagem do Controlador-Geral
- 07 Sobre nós
- 08 Organograma
- 09 Planejamento Estratégico
- 10 Direção
- 11 Força de Trabalho

12 PARTE 2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 13 Diretoria Administrativa Financeira - DAFIN
- 15 Núcleo de Controle Interno - NCI

16 PARTE 3 - RESULTADOS

- 17 Economias geradas
- 18 Impacto nas políticas públicas
- 19 Publicações
- 20 Sistema Integrado de Controle Interno - SINCIN
- 21 Formação, valorização e avaliação de desempenho
- 22 Atuação por área
- 23 Gerência de Avaliação e Auditoria - GERAU
- 24 Gerência de Licitações e Contratos - GELIC
- 25 Gerência de Controle de Obras - GECOB
- 26 Gerência de Pessoal e Previdência - GEPEP
- 27 Gerência de Transferências Voluntárias - GETRA
- 28 Gerência de Tecnologia da Informação - GETIN
- 29 Ouvidoria-Geral do Estado - OGE
- 30 Gerência de Transparência e Controle Social
- 31 Corregedoria-Geral do Estado - CGE

32 PARTE 4 - PUBLICAÇÕES

- 33 Comunicação Institucional
- 34 Fórum de Controle Interno
- 38 Artigos publicados

Neste relatório, a Controladoria-Geral do Estado do Piauí (CGE/PI) apresenta ao Governador do Estado, aos demais gestores estaduais e à sociedade, as principais ações desenvolvidas no decorrer do exercício de 2021, por sua equipe técnica multidisciplinar, formada por Auditores Governamentais, que atuam sob a coordenação do Controlador-Geral do Estado.



CGE

Prevenção, Controle e Transparência

PARTE 1
VISÃO GERAL



Mensagem do Controlador-Geral



Controlar é uma ação que somente pode ser desenvolvida no presente. Não se controla o passado, nem tampouco o futuro, embora possamos planejar atividades de controle para serem desenvolvidas em razão dos eventos futuros e incertos que possam frustrar nossas expectativas.

Na medida em que aprendemos isso e orientamos nossas ações de controle para o presente, passamos a colher resultados expressivos em prol da eficiência econômica da gestão pública. A eficiência, aliás, foi insculpida como princípio basilar da administração pública pela Emenda Constitucional n.º 19/98, conhecida por implantar o modelo de gestão gerencial no setor público.

Desde 2016, estamos buscando transformar a Controladoria-Geral do Estado do Piauí em um órgão de excelência em gestão de riscos e controles internos no setor público, promovendo eficiência e regularidade na gestão por meio de ações de controle pautadas nas melhores práticas profissionais.

Estruturamos a política de controle interno do Poder Executivo Estadual com base nas três linhas de defesa preconizadas pela inteligência e experiência acumulada ao longo de anos por organizações e profissionais de auditoria interna de todo o mundo.

O advento da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei n.º 14.133/2021) veio consagrar o modelo de atuação da CGE/PI, positivando no ordenamento jurídico nacional o dever dos gestores públicos em estruturar e fomentar o controle interno voltado para gestão de riscos, prevenção de sobrepreços e disfuncionalidades nas contratações públicas.

Esperamos que em 2022 possamos expandir e aperfeiçoar nossas ações de controle preventivo para, com isso, contribuir mais e melhor com a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na Administração Pública no Estado do Piauí".



"Estruturamos a política de controle interno do Poder Executivo Estadual com base nas três linhas de defesa preconizadas pela inteligência e experiência acumuladas ao longo de anos".

Márcio Rodrigo de Araújo Souza

Controlador-Geral do Estado do Piauí
Gestão 2019 - 2022

Sobre nós

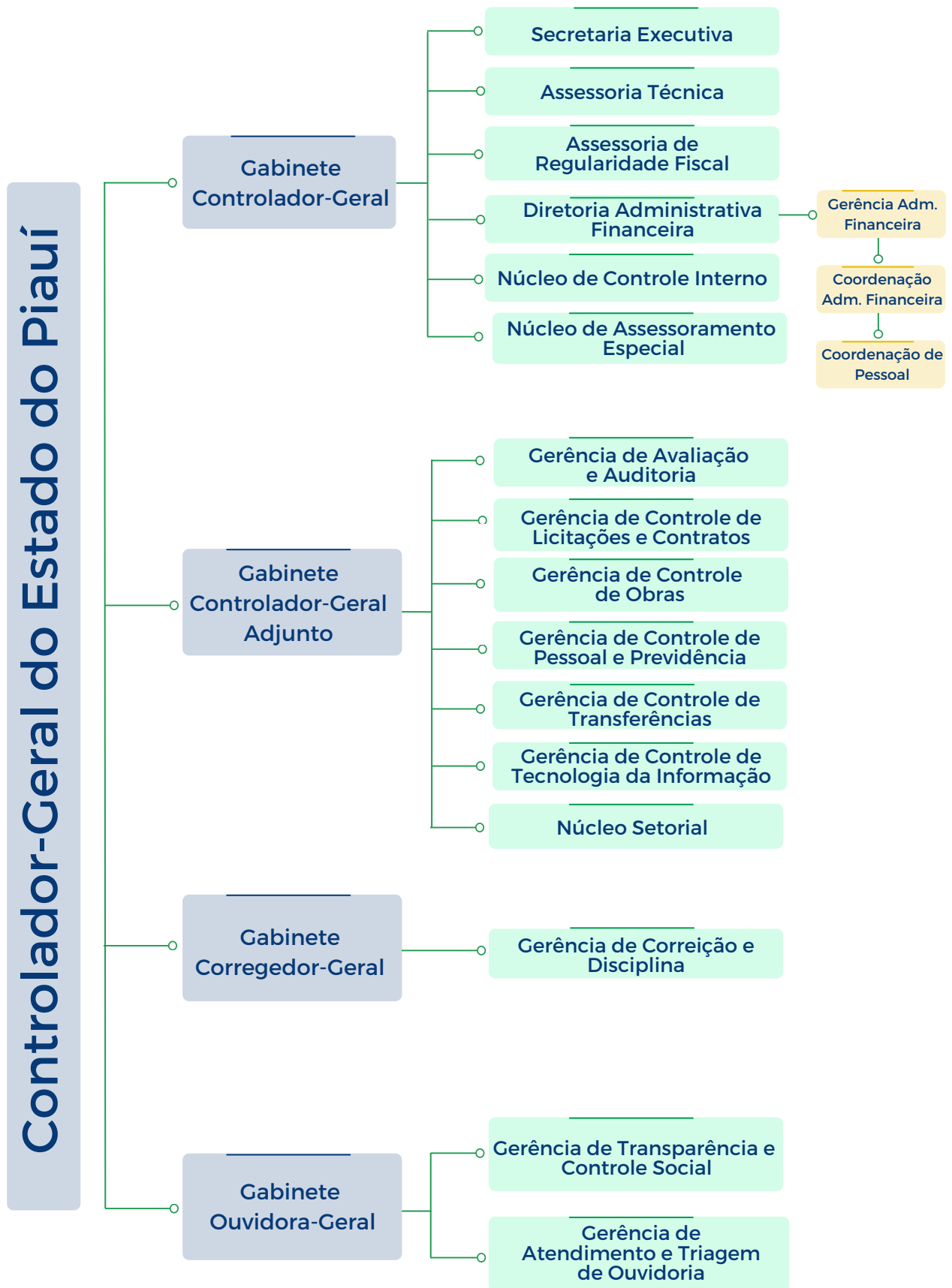
A Controladoria-Geral do Estado (CGE/PI), órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo estadual, tem como missão defender o interesse social por meio de políticas de orientação e controle da gestão pública estadual. Para isso, atua em todas as frentes, assessorando o Governador do Estado e os demais gestores estaduais, visando contribuir de forma efetiva para a melhoria da gestão pública do Estado do Piauí.

Na condição de órgão central do Sistema de Controle Interno, a CGE exerce supervisão técnica e normativa junto aos gestores públicos e administradores de bens e serviços, prestando orientações no âmbito de sua competência institucional.

A CGE/PI tem como funções básicas as atividades de auditoria governamental, de controladoria, de correição e de ouvidoria; com estrutura, organização e atribuições definidas pela Lei Complementar Estadual n.º 28, de 09 de junho de 2003 e alterações da Lei Complementar Estadual n.º 241, de 22 de abril de 2019.

A alteração na Lei incluiu, em suas atribuições, ministrar cursos, treinamentos e atividades fins, relacionados a sua área de atuação; exercer supervisão técnica dos Núcleos de Controle Interno, dos Núcleos de Correição e dos Núcleos de Ouvidoria; e, ainda, presidir processos administrativos disciplinares, sindicâncias e demais procedimentos correcionais, quando realizados diretamente pela CGE.

Organograma



Planejamento Estratégico

2019 - 2022

MISSÃO

Promover a eficiência e a regularidade na gestão pública.

VISÃO

Ser reconhecida e valorizada como instituição de excelência em consultoria de gestão e controle no setor público.



Prevenção, Controle e Transparência

VALORES

Integridade

Inovação

Excelência na gestão

Foco nos resultados

OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

RELAÇÃO COM OS CLIENTES

Ser reconhecida como uma instituição de excelência em consultoria de gestão pública e controle preventivo e concomitante de riscos.

Ser valorizada profissionalmente na proporção da importância de nossas contribuições para a melhoria dos serviços públicos.

PROCESSOS INTERNOS

Criar uma estrutura de funcionamento interno da CGE que favoreça a integração entre os setores e as pessoas.

Distribuir nossa força de trabalho na medida das necessidades entre os projetos e operações mais importantes para nossa missão institucional.

CAPACIDADE OPERACIONAL

Garantir os recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais para desempenhar nossa missão adequadamente.

Fortalecer as relações institucionais com outros órgãos de gestão e controle.

Direção



MÁRCIO RODRIGO DE ARAÚJO SOUZA

Controlador-Geral do Estado

É Auditor Governamental de carreira desde 2 de fevereiro de 2009, tendo exercido função de Gerente de Controle Interno, entre 2017 e 2019. Assumiu a função de Controlador-Geral do Estado do Piauí em 6 de maio de 2019.

Possui mestrado em Ciência Política e especialização em Gestão Pública pela Universidade Federal do Piauí, especialização em Orçamento e Contabilidade Pública pelo Centro de Ensino Unificado de Teresina e bacharelado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Santa Cruz. É Professor da Universidade Estadual do Piauí onde ministra disciplinas de contabilidade geral, contabilidade de custos, contabilidade pública, controladoria e auditoria. Desde 2016, coordena o processo de planejamento e operações estratégicas da CGE/PI. Formulou e gerencia a implementação da nova política de controle interno, focada na gestão e prevenção de riscos e geração de valor aos negócios do setor público.



PAULO HENRIQUE MELO PORTELA

Controlador-Geral Adjunto do Estado

É Auditor Governamental da Controladoria-Geral do Estado do Piauí desde 26 de janeiro de 2009, tendo exercido a função de Auditor Setorial junto à Companhia de Águas e Esgotos do Piauí S/A, de Gerente de Controle de Obras e atualmente exerce a função de Controlador-Geral Adjunto da CGE/PI. Bacharel em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Piauí (2005), possui especialização em Gestão e Finanças Públicas, pelo Instituto Camilo Filho (2015).



ANTÔNIO LIMA BACELAR JÚNIOR

Corregedor-Geral do Estado

É Auditor Governamental da Controladoria-Geral do Estado do Piauí desde 26 de fevereiro de 2016. Exerceu as atividades de Auditor Setorial da Secretaria de Administração e Previdência do Piauí e da Secretaria de Justiça do Piauí. Bacharel em Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Teresina (Ceut), possui especialização em Direito Constitucional pela Faculdade Internacional Signorelli.



SORAYA CASTELLO BRANCO

Ouvidora-Geral do Estado

Formada em publicidade pelo Centro de Ensino Unificado de Teresina (Ceut). Atua como Ouvidora-Geral desde 2015. Já foi presidente e vice-presidente da Rede Ouvir, uma rede constituída pelas Ouvidorias do Ministério Público, Governo do Estado, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Associação Piauiense de Municípios, Município de Teresina, Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Piauí, Tribunal Regional do Trabalho, Tribunal Regional Eleitoral e Defensoria Pública. É Cantora e produtora.

Força de trabalho

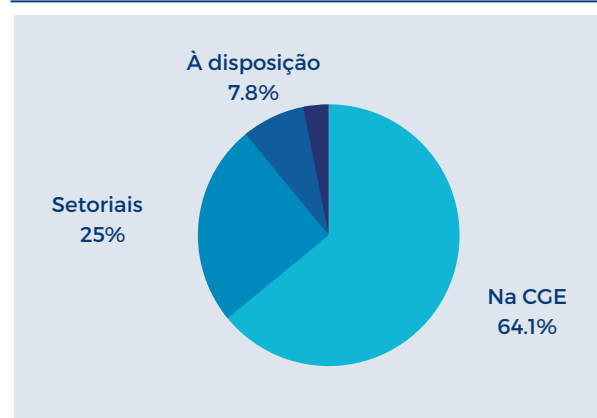
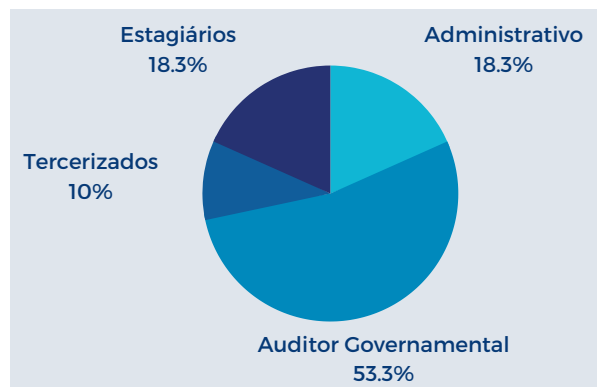
A Controladoria-Geral do Estado encerrou o ano de 2021 com 120 colaboradores, dos quais 64 são auditores governamentais de carreira, aprovados em concursos públicos.

Colaboradores por cargo	
Categoria	Quantidade
Auditor Governamental	64
Administrativo	22
Tercerizado	12
Estagiário	22

Distribuição dos Auditores	
Categoria	Quantidade
Sede da CGE	41
Setoriais	16
À disposição	05
Em processo de aposentadoria	02

Programa de estágio

Em 2021, a Controladoria-Geral do Estado do Piauí (CGE/PI) passou a contar com 22 estagiários do Programa de Estágio na CGE, uma oportunidade de aliar a teoria estudada na universidade à prática no âmbito da Administração Pública. Este foi o maior número de estagiários até agora, oriundos, principalmente, da Universidade Estadual do Piauí (Uespi). Os acadêmicos atuam nas Gerências bem como nos Núcleos Setoriais, auxiliando os auditores nas atividades de controle interno, corregedoria e ouvidoria.



- Ciências Contábeis
- Direito
- Engenharia
- Psicologia
- Jornalismo
- Economia
- Computação

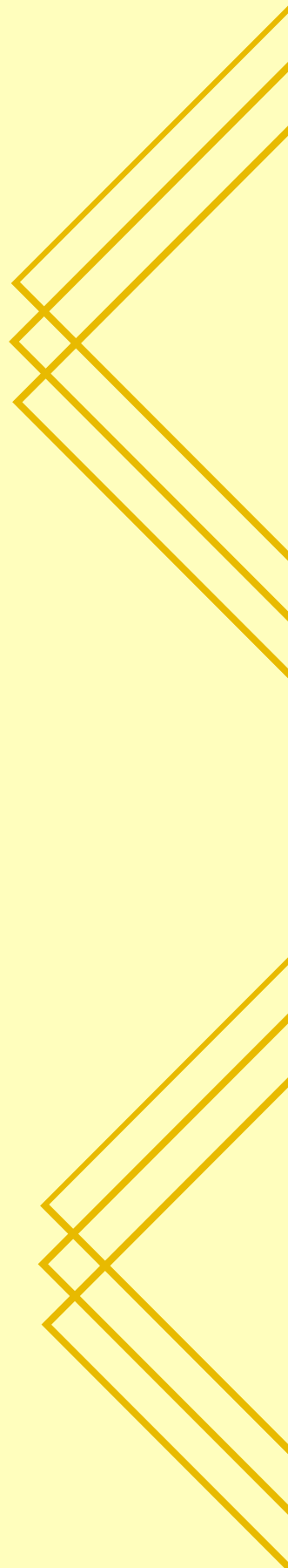
09



Estagiários



PARTE 2
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Diretoria Administrativo-Financeira (DAFIN)

Diretora: Iriana Feitosa de Oliveira (Auditora Governamental)

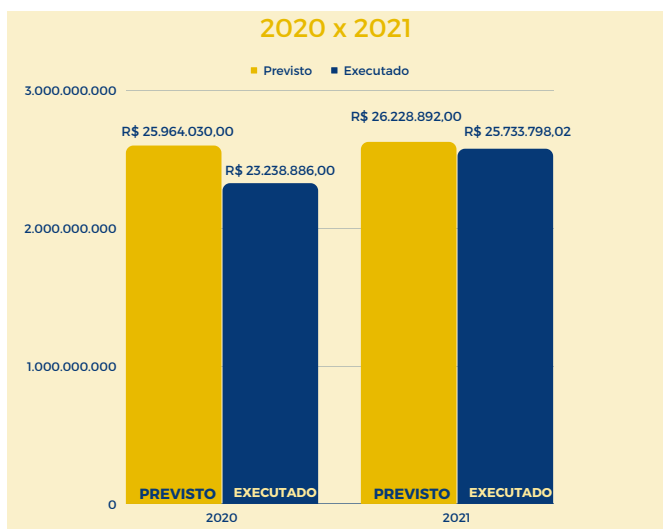
Missão

- Execução das atividades setoriais nas áreas de comunicação administrativa, material e patrimônio, serviços gerais e transportes, pessoal, contratos, bem como proceder o controle e o acompanhamento orçamentário e financeiro da instituição

Programação e execução da despesa orçamentária e financeira

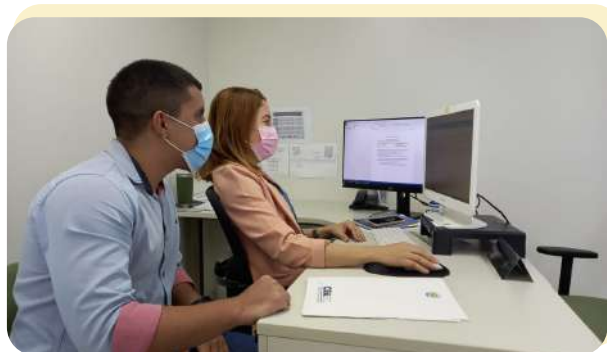
Observou-se uma evolução na execução orçamentária em 2021, em comparação a 2020 (primeiro ano da pandemia), quando as atividades foram prejudicadas. Em 2021, a execução orçamentária dos recursos chegou a 98,1%.

Comparativo entre o orçamento e a execução orçamentária



Administrativo-financeiro

- Macroprocessos de apoio e principais produtos e serviços:
 - ✓ Aquisição de materiais;
 - ✓ Aquisição de bens e serviços;
 - ✓ Serviços de Apoio Administrativo;
 - ✓ Prestação de Contas ao Tribunal de Contas do Piauí (TCE/PI).



Principais atividades

- ✓ Implantação do Sistema de Controle de Bens Patrimoniais e Material de Expediente;
- ✓ Aquisição de mobiliários para os Núcleo de Controle Interno.
- ✓ Levantamento de bens inservíveis para doação;
- ✓ Reforma do Teto e reforma da sala de mecanografia;
- ✓ Instalação do serviço de 0800 Ouvidoria-Geral (162);
- ✓ Contratação de 12 colaboradores terceirizados e de 22 estagiários.

COMPARATIVO POR TIPO DE AÇÃO DO PPA

O Plano Plurianual 2020-2023 apresentou os programas para o quadriênio, entre eles a **GESTÃO EFICIENTE E TRANSPARENTE (0010)** com as ações abaixo discriminadas, as quais compuseram o orçamento da Controladoria-Geral do Estado:

LEGENDA:

2000

Administração da Unidade

4131

Modernização da Controladoria-Geral do Estado

2500

Gestão de pessoas

4134

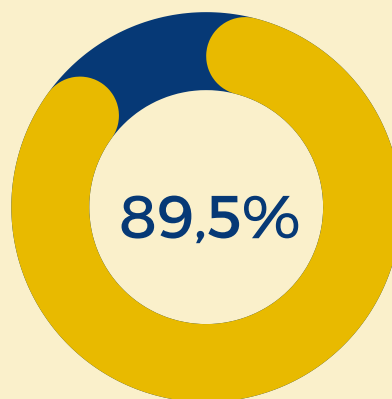
Promoção da Transparência



Orçamento X Execução 2020



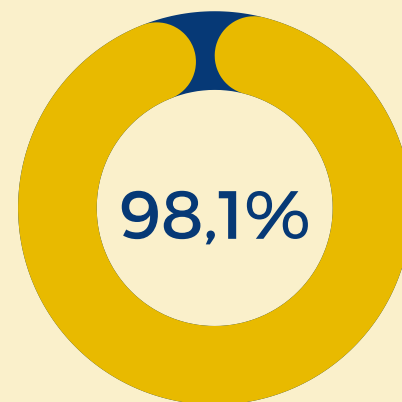
Aproveitamento dos recursos 2020



Orçamento X Execução 2021



Aproveitamento dos recursos 2021

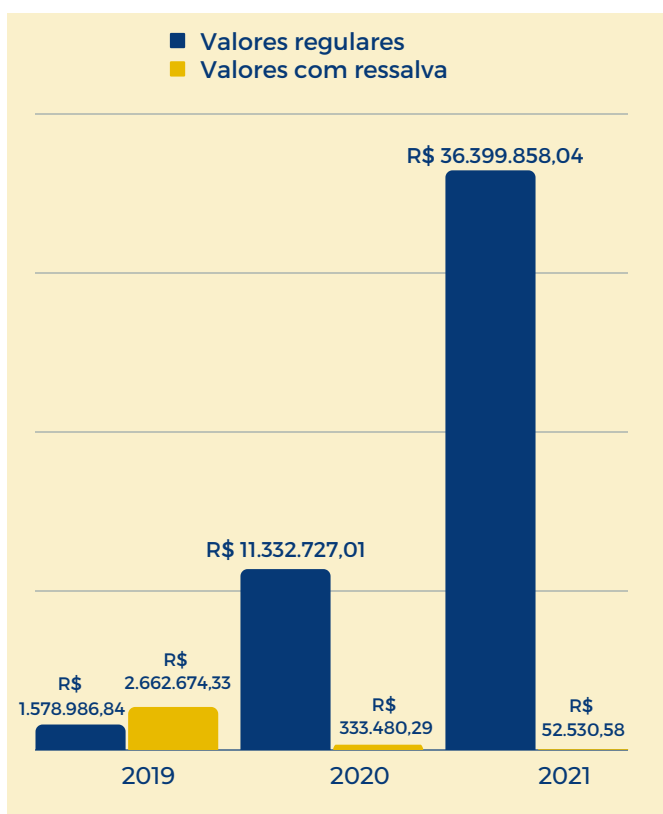


Núcleo de Controle Interno (NCI)

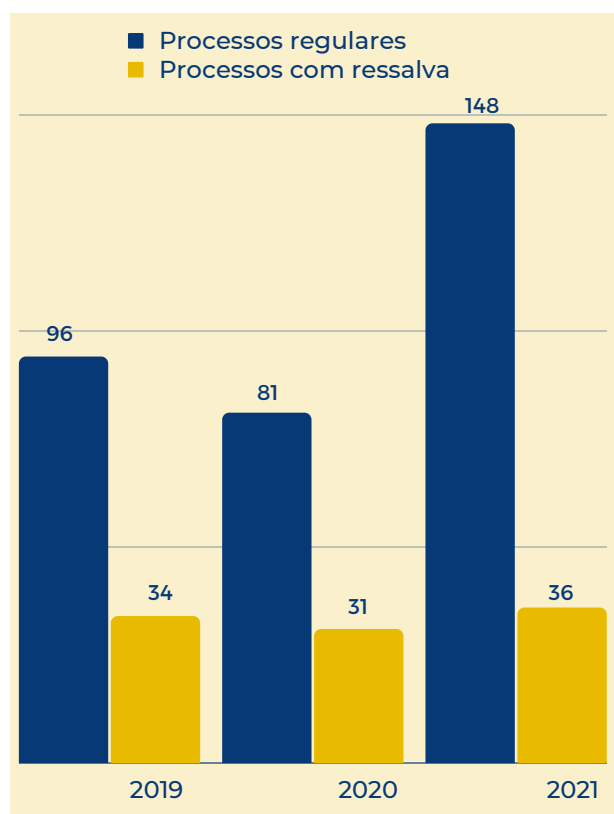
Helder Borges de Almeida (Assistente de Serviços)

O Núcleo de Controle Interno, vinculado à Diretoria Administrativo-Financeira - DAFIN, é responsável por administrar o Sistema Integrado de Controle Interno - SINCIN da CGE/PI, garantindo que todas as unidades gerenciais desenvolvam suas tarefas de maneira a integrar e uniformizar os trabalhos internos, buscando, assim, a regularidade e a eficiência.

Valores analisados pelo SINCIN entre os anos de 2019 a 2021



Processos analisados pelo SINCIN entre os anos de 2019 a 2021



A ressalva representa uma ausência de documentos necessários que devem constar na formalização do processo, não implicando, em alguns casos, em irregularidades.



✓ **184**

Processos analisados

✓ **R\$ 36.452.388,62**

Valores analisados

PARTE 3
RESULTADOS



Economias geradas

A Controladoria-Geral do Estado analisou mais de R\$ 6,6 bilhões em contratações, repactuações e prorrogações, o que possibilitou uma economia de mais de R\$ 547,8 milhões em recursos públicos, entre janeiro a dezembro de 2021.

O valor foi atingido após o órgão analisar preventivamente operações realizadas por 46 unidades administrativas, entre secretarias, empresas públicas, autarquias, fundações, institutos, superintendências e coordenadorias.

Análise de janeiro a dezembro de 2021

Ganho de eficiência

Mais de R\$ 6,6 bilhões

R\$ 547 milhões



AUMENTO DE 41,1%

NA ECONOMIA REGISTRADA, SE COMPARADA A 2020

Evolução do ganho de eficiência entre os anos de 2015 a 2020



Visando a integridade das aquisições públicas, a CGE contou com equipes de profissionais capacitados ao lado dos gestores, orientando-os sobre os caminhos mais seguros para otimizar os recursos públicos, alcançando, assim, os melhores resultados.

Impacto nas políticas públicas

A CGE/PI incentiva a transparência pública, o controle social e a participação social visando o aperfeiçoamento das políticas públicas e da gestão governamental, contribuindo para a correta prestação de contas, a responsabilização dos agentes públicos e a melhoria da aplicação dos recursos públicos.

Destaca-se algumas das principais ações que refletem o ganho de eficiência e possibilitaram a ampliação dos serviços nas políticas públicas, implicando, assim, na capacidade de ampliação da oferta de serviços e bens públicos à população.

Fornecimento de chips de Internet para estudantes da rede estadual

Ganho de eficiência

Valor inicial do Chip: R\$ 19,90

41%

Valor ajustado pela CGE: R\$ 11,61

Resultados



71%

Com a atuação da CGE, a Secretaria de Educação do Estado - SEDUC poderia ampliar o número de estudantes beneficiados em **71%**, o que corresponderia ao acréscimo de 36.173 pessoas atendidas.

Contratações e prorrogações de serviços de locação de veículos

Ganho de eficiência

Frota inicial: 198 viaturas

24%

Frota após ajustes: 246 viaturas

Resultados



48%

Com a atuação da CGE, a Polícia Militar do Piauí - PMPI aumentou em **48** viaturas a sua frota sem aumento de despesa devido a redução do valor de locação.

Aquisição de cestas básicas para distribuição à população socialmente vulnerável

Ganho de eficiência

Valor inicial da cesta: R\$ 236,00

23,49%

Valor ajustado pela CGE: R\$ 180,56

Resultados



30%

Com a atuação da CGE, a Secretaria de Assistência Social e Cidadania - SASC, poderia aumentar a quantidade inicial de cestas básicas de 75.000 para 98.028, ou seja, 23.028 cestas básicas ou **30,70%** a mais.

Padronização de preços licitados de pavimentação em paralelepípedo

Valor ajustado pela CGE: R\$ 84,60

30%

de eficiência

Resultados

+113 km

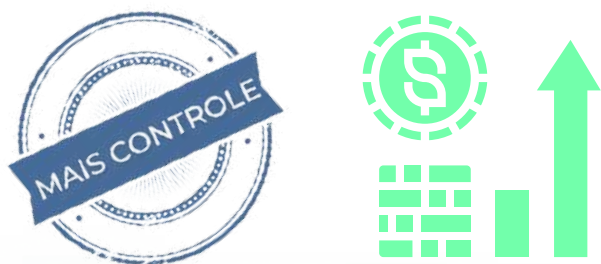
Para o mesmo valor aplicado em 2020, o Estado poderia aumentar aproximadamente **113 Km** em pavimentação de ruas em 2021.

Sistema Integrado de Controle Interno - SINCIN

Em 2021, os Núcleos de Controle Interno e fiscais de contratos avaliaram mais de R\$ 8,4 bilhões, por meio do Sistema Integrado de Controle Interno (SINCIN), referentes a contratações, pagamentos de despesa, prestação de contas e execução contratual.

Análise de janeiro a dezembro de 2021

Mais de R\$ 8,4 bilhões



+ 25,37%
em relação a 2020

Força de trabalho

A CGE/PI acompanha órgãos e entidades, Núcleos de Controle Interno e fiscais de contratos que contribuem para a correta aplicação dos recursos públicos.

✓ 50 órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Piauí

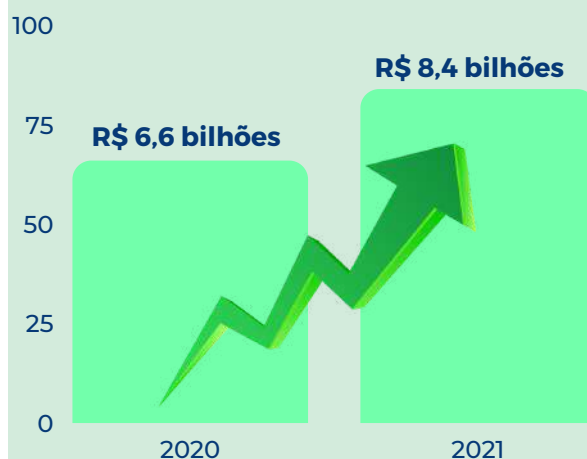
✓ 300 servidores dos Núcleos de Controle Interno

✓ 871 fiscais de contratos

Mais de 47 mil transações foram monitoradas em 2021. As análises envolvem contabilidade, pagamento, fiscalização de contratos e prestação de contas de convênios.

Volume analisado

Comparativo entre 2020 e 2021 com aumento de 25,37% em volume analisado.



Recomendações

Em 2021, a CGE/PI, através do SINCIN, emitiu 29.859 recomendações aos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Piauí.

✓ Núcleo de Controle Interno

- 3.781 em contratações;
- 21.836 em pagamentos;
- 920 em prestações de contas;
- 622 em prestações de contas por transferências;

✓ Fiscais de contratos

- 2.682 recomendações.

✓ Certificação de tomadas de contas especiais

- 18 recomendações.

Formação, valorização e avaliação de desempenho

Ao longo do ano, mais de 550 profissionais participaram de capacitações e outras ações de caráter orientativo, conforme detalhamento a seguir:

✓ Fiscais de contratos

Mais de 130 fiscais de contratos foram capacitados para o acompanhamento da prestação dos serviços e do fornecimento de bens contratados pela Administração Pública;



✓ Manual Operacional CGE/PI

179 servidores dos setores administrativo, financeiro, GFIP e Núcleo de Controle Interno de 50 órgãos e entidades estaduais foram capacitados para Formalização do Processo de Despesa com Folha de Pagamento e Encargos Sociais do RGPS, baseadas no Manual Operacional publicado pela CGE/PI em maio de 2021;



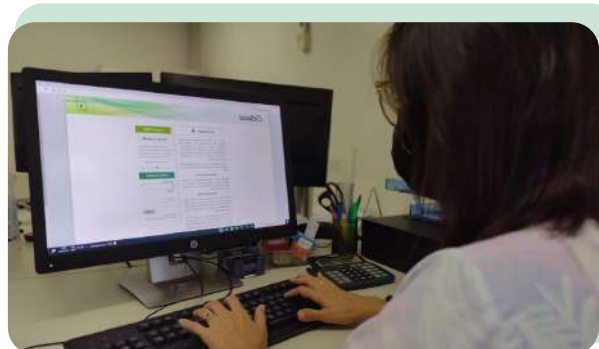
✓ Formação de Controladores Internos

Mais de 200 servidores estaduais participaram do Curso de Formação de Controladores Internos, capacitados para padronizar as práticas de controle interno no âmbito do Poder Executivo estadual, de modo a elevar os níveis de eficiência, eficácia e efetividade da gestão.



✓ eSocial

Implantação da primeira fase do eSocial em 47 órgãos e entidades estaduais, por meio da Gerência de Pessoal e Previdência da CGE.



Publicações

A Controladoria-Geral do Estado do Piauí atuou com foco preventivo e deu continuidade ao programa de eficiência e efetividade nos controles internos orientados para resultados, proporcionando celeridade e segurança às políticas públicas que entregaram resultados à sociedade, prezando, assim, pela regularidade da gestão.

Manual Operacional

A Gerência de Pessoal e Previdência (GEPEP) publicou, no ano de 2021, o Manual Operacional para Formalização do Processo de Despesa com Folha de Pagamento e Encargos Sociais do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), visando a padronização das rotinas administrativas públicas para formalização do processo de despesa com folha de pagamento e encargos sociais.

MAIO/2021

Manual Operacional para Formalização do Processo de Despesa com Folha de Pagamento e Encargos Sociais do Regime Geral de Previdência Social (RGPS)

O Manual contém quatro partes integradas:

- ✓ Mapa geral do processo, no qual são definidos os atores e as tarefas a serem executadas;
- ✓ Rotinas operacionais, em que se definem todas as etapas necessárias para execução das tarefas;
- ✓ Relação de modelos de documentos;
- ✓ Checklists a serem seguidos.

Parecer referencial

A CGE/PI adota, desde de 2020, pareceres referenciais em análises de contratações e licitações, visando a padronização de procedimentos e preços na gestão pública estadual, além da eficiência e celeridade à gestão dos gastos nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

✓ 11 pareceres referenciais com recomendações preventivas publicados em 2021.

04/21

Bens e Serviços Comuns (inferior a R\$ 176.000,00)

07/21

Pagamentos Indenizatórios

08/21

Obras com recursos aprovados pela Caixa

10/21

Parcerias entre a Administração Pública estadual e OSCs (valor inferior a R\$ 176.000,00)

11/21

Contratos de Patrocínio

13/21

Locação de veículos

16/21

Outsourcing de impressão

17/21

Serviços de terceirização de mão de obra

18/21

Contratações de obras e Serviços de Engenharia (valor até 1,5 milhão)

19/21

Prorrogação de contratos de serviços de natureza contínua (valor inferior a R\$ 176.000,00)

21/21

Contratação de Vigilância Armada

Atuação por área

A Controladoria-Geral do Estado possui nove gerências de atividade-fim que atuam para cumprir suas funções de auditoria governamental, controladoria, correição e ouvidoria.

GERÊNCIAS

Avaliação e Auditoria

Controle de Licitações e Contratos

Controle de Obras

Controle de Pessoal e Previdência

Controle de Transferências

Controle da Tecnologia da Informação

Correição e Disciplina

Transparência e Controle Social

Atendimento e Triagem de Ouvidoria

Gestão Inovação Moralidade
Integridade Eficiência **Ética**
Transparência
Gestão de risco Economia Controle Interno
Regularidade **Prevenção** **Eficácia**

Gerência de Avaliação e Auditoria - GERAU

Gerente: Carlos Gustavo Soares Garcês (Auditor Governamental)

Missão

- Realizar as atividades de auditoria, fiscalização, avaliação, orientação e acompanhamento das atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

Competências

- Planejar as auditorias de desempenho e de conformidade baseadas em avaliações prévias de oportunidades, ameaças, forças e fraquezas dos objetos auditáveis e nos riscos associados a eles, com base na probabilidade e no impacto;
- Executar auditorias de desempenho e de regularidade em órgãos, entidades, programas ou ações do poder executivo;
- Avaliar a eficiência, eficácia, efetividade, economicidade e equidade dos órgãos, entidades, programas ou ações do poder executivo.



Entre as ações da GERAU, podem ser destacadas:

✓ Mais de 160 servidores capacitados

Em quatro treinamentos realizados, foram capacitados 168 fiscais de 20 órgãos/entidades para atuar na fiscalização de contratos.

✓ Implantação do Núcleo de Controle Interno no Hospital Regional de Campo Maior

Mais eficiência para os setores administrativo e financeiro do hospital, por meio de práticas de controle que possibilitem o uso racional dos recursos disponíveis.

✓ Relatórios de Inspeção emitidos

77 Relatórios de Inspeção que buscam apresentar medidas para regularidade processual e ações de controle interno eficientes e necessárias para a gestão pública.

✓ Avaliação de Regularidade

274 Certificados de Regularidade aos órgãos e entidades estaduais que por analisarem 100% dos seus processos de pagamentos.

✓ Notificações

199 notificações emitidas que consistem em informar mensalmente a quantidade e volume de recursos pagos pelos órgãos/entidades que não tiveram sua análise regularizada pelo SINCIN, podendo acarretar prejuízo ao erário.

Gerência de Licitações e Contratos (GELIC)

Gerente: Francinelson Silva da Costa (Auditor Governamental)

Missão

- Realizar as atividades de avaliação, controle, orientação e acompanhamento dos processos de aquisição de bens e contratação de serviços.

Competências

- Exercer controle sobre dispensas, inexigibilidades, licitações e contratos para aquisição de bens e serviços em geral, avaliando:

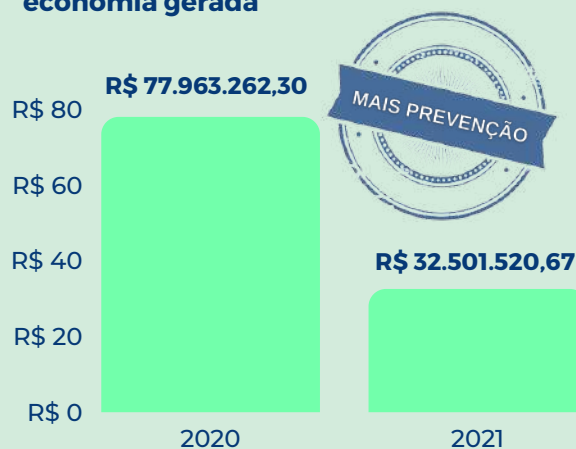
- ✓ A necessidade da contratação;
- ✓ A quantidade demandada por órgão ou entidade e compatibilidades com as reais necessidades;
- ✓ A compatibilidade dos valores de referências com os preços praticados em outros entes públicos e no mercado;

✓ Atividades de controle

Realizar o exame de reapropriações, prorrogações e revisões de preços e verificar a necessidade de contratação, quantidade e preço através da análise da justificativa e do projeto básico/termo de referência, realizando, se necessário, visitas in loco (preventiva).

Eficiência

Comparativo entre 2020 e 2021 na economia gerada



- No tocante a economia gerada, destacamos a inovação legislativa, a qual possibilitou o envio dos processos licitatórios à CGE/PI apenas em caso de dúvidas.
- Dessa forma, as dúvidas nas fases iniciais da contratação diminuíram mostrando a eficiência na prevenção, cabendo a CGE, doravante, realizar o acompanhamento das despesas dessas contratações avançando, assim, nos quesitos controle e transparência.



Gerência de Controle de Obras (GECOB)

Gerente: José Carlos Pereira N. Filho (Auditor Governamental)

Missão

- Realizar as atividades de avaliação, controle, orientação e acompanhamento dos processos de contratação e execução de obras e serviços de engenharia.

Competências

- Exercer controle sobre dispensas, inexigibilidades, licitações e contratos de obras e serviços de engenharia, avaliando:

- ✓ A necessidade da contratação;
- ✓ A quantidade demandada por órgão ou entidade e compatibilidades com as reais necessidades;
- ✓ A compatibilidade dos valores de referências com os preços praticados em outros entes públicos e no mercado;

✓ Atividades de controle

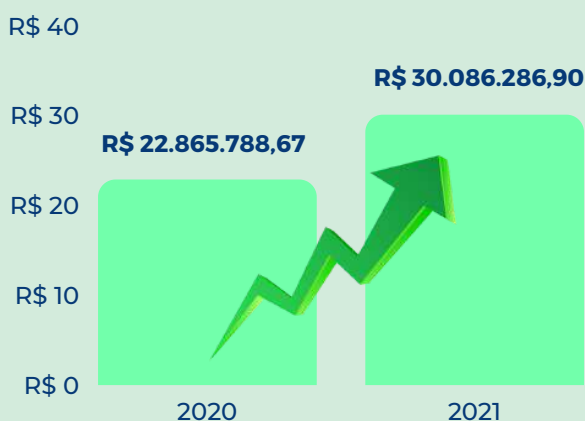
Cabe à GECOB realizar fiscalização ou avaliação das despesas com obras e serviços de engenharia, por meio de acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria, bem como pesquisas e desenvolver métodos, técnicas e padrões para trabalhos de fiscalização de obras públicas.

Ganho de Eficiência



NA ECONOMIA REGISTRADA, SE COMPARADA A 2020

Comparativo entre 2020 e 2021 com aumento de 31,5% em economia



✓ Atuação

A GECOB atuou no acompanhamento de obras prioritárias para a população, tais como a construção da Nova Maternidade de Teresina, a duplicação da BR-316 e BR-343 e construção da Adutora do Litoral.



Gerência de Controle de Pessoal e Previdência (GEPEP)

Gerente: Maria do Amparo Esmério Silva (Auditora Governamental)

Missão

- Realizar as atividades de avaliação, controle, orientação e acompanhamento das despesas com pessoal e previdência.

Competências

- Monitorar o gasto com pessoal do Poder Executivo a fim de alertar o cumprimento dos dispositivos constitucionais e legais; exercer controle sobre o aumento do gasto com pessoal; bem como avaliar riscos e exercer controle sobre as transações que envolvem pagamento de servidores.

Ações

✓ Capacitação

Treinamento sobre as orientações para a formalização dos processos de despesa pública com folha de pagamento de pessoal e dos encargos sociais do INSS, para 48 órgãos, com a participação total de 184 servidores.

✓ Despachos orientativos

Formalização do Processo da Despesa Pública relativo a Folha de Pagamento de Pessoal e encargos sociais, visando a padronização das rotinas administrativas públicas.

Levantamento de Informações para o cumprimento da obrigação acessória Escrituração Fiscal Digital de Retenções e - EFD-Reinf, instituída pela Receita Federal do Brasil - RFB.

Atividades

Cumprindo seu papel de capacitar e orientar as equipes dos órgãos e entidades responsáveis pelo atendimento das obrigações principal, a GEPEP, em 2021, realizou mais de 120 atividades de controle de pessoal e previdência.

✓ **60** Despachos Orientativos

✓ **37** Relatórios

✓ **08** Notificações

✓ **05** Despachos Encaminhados

✓ **04** Ofícios Circulares

✓ **03** Pareceres

✓ **01** Manual Operacional

✓ **01** Implantação do eSocial

✓ **01** Curso on-line: eSocial



Gerência de Controle de Transferências Voluntárias (GETRA)

Gerente: Lidiane de Melo Sousa (Auditora Governamental)

Missão

- Realizar as atividades de avaliação, controle, orientação e acompanhamento da gestão e execução das transferências voluntárias de recursos.

Competências

- Orientar e subsidiar os órgãos e entidades estaduais nas atividades relativas aos convênios de receita, de despesa e parcerias; bem como opinar sobre a execução e prestação de contas dos recursos dos convênios de receita, de despesa e parcerias.
- Realizar treinamentos a fim de orientar os órgãos e entidades estaduais acerca de convênios de receita, de despesa e parcerias, quanto à regularidade e/ou legalidade dos atos e procedimentos referentes à celebração, execução e prestação de contas dos recursos



Ganho de Eficiência



AUMENTO
DE 45,8%

NA ECONOMIA REGISTRADA, SE COMPARADA A 2020

Comparativo entre 2020 e 2021 com aumento de 45,8% em economia



✓ Termos de Fomento

Acompanhamento de todo o processo de formalização de Termos de Fomento firmados entre Governo do Estado, por meio da Coordenadoria de Enfrentamento às Drogas (Cendrogas), e 38 Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

✓ Treinamento

Em setembro, cerca de 30 pessoas participaram da capacitação, que foi solicitada pela Federação Nacional de Comunidades Terapêuticas, Espiritualidade e Ciência (FENACT), para as OSC's sobre o Sistema de Gestão de Convênios (SISCON) a fim de facilitar a prestação de contas de parcerias firmadas com a Cendrogas.

Gerência de Tecnologia da Informação (GETIN)

Gerente: Alan Soares Viana (Auditor Governamental)

Missão

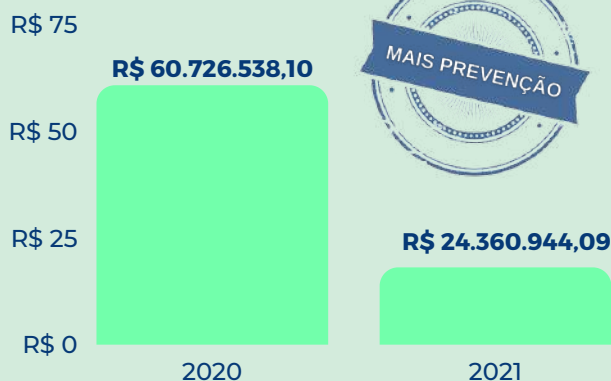
- Contribuir para o aperfeiçoamento dos controles na área da tecnologia da informação.

Competências

- Manter o regular funcionamento da Tecnologia da Informação na Controladoria-Geral do Estado do Piauí e fiscalizar a gestão e o uso de recursos de TI na Administração Pública Estadual.
- Realizar atividades de auditoria governamental nos órgãos e entidades públicas e privadas que gerenciem recursos públicos estaduais sob o enfoque da legalidade, eficiência, eficácia e efetividade no uso da tecnologia da informação;

Eficiência

Comparativo entre 2020 e 2021 de eficiência destacando a prevenção através de atividades iniciais reduzindo, assim, os valores gerados.



Atuação

- ✓ **Portal da Transparência**
Execução do Protótipo do Novo Portal, em conjunto com a GETICS, para ampliar a usabilidade, tornando-o mais intuitivo.

- ✓ **Portal de Monitoramento**
Elaboração do Dashboard (portal de monitoramento) das informações geradas no e-Sic para melhorar a gestão dos dados gerados e proporcionar mais efetividade e eficiência nos atendimentos dos pedidos dos cidadãos.



- ✓ **portal.pi.gov.br/cge**
Elaboração do novo Portal CGE para a padronização dos portais do Governo do Estado. Reúne os serviços e informações oferecidas ao cidadão facilitando e tornando o relacionamento com a Administração Pública mais transparente, com uma linguagem mais simples e dinâmica.

- ✓ **Sistema de credenciamento**
Desenvolvido para dar agilidade às contratações de pequenos serviços de engenharia, em que as empresas sejam previamente cadastradas para prestarem serviços como medição de obras e avaliação de imóvel. Trata-se de procedimento mais célere que o licitatório tradicional.

Ouvidoria-Geral do Estado do Piauí - OGE

Soraya Castello Branco (Ouvidora-Geral do Estado)

A Ouvidoria-Geral do Estado passou a fazer parte da Controladoria-Geral do Estado a partir da Reforma Administrativa, promovida no Poder Executivo Estadual no ano de 2019, instituída pela Lei Complementar N° 241, de 22 de abril de 2019.

Missão

- Promover, orientar e coordenar os trabalhos de Ouvidoria no âmbito do Poder Executivo estadual

Competências

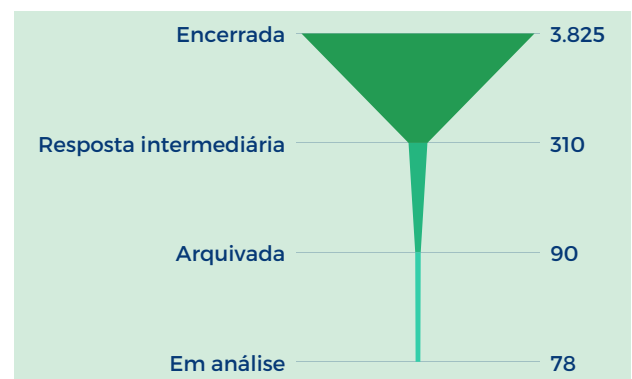
- Fomentar a participação da sociedade estimulando o controle social, a transparência pública e o acesso à informação;
- Fortalecer a integração entre sociedade e governo, através de sugestões, denúncias, reclamações, solicitações e elogios;
- Promover a defesa dos direitos e interesses da população, assegurando-lhes oportunidade de participação na gestão pública.

Para que os cidadãos possam se manifestar quanto aos serviços prestados pelo Poder Executivo Estadual, a Ouvidoria-Geral disponibiliza o canal e-OUV. Em 2021, foram 4.303 manifestações recebidas por meio do sistema de Ouvidoria.

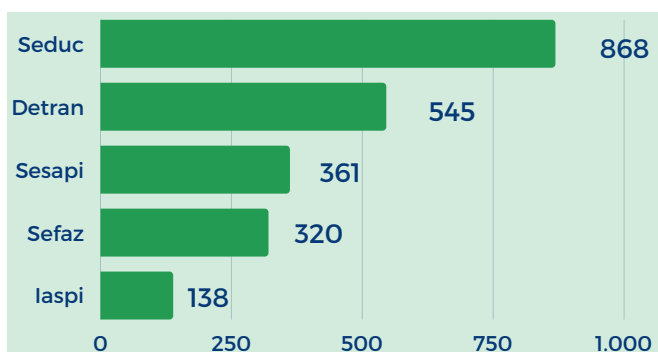
Tipos de manifestações



Situação das manifestações



Órgãos mais demandados



Canais de atendimento

- Disque 162
- WhatsApp (86) 99544-7924
Segunda a sexta-feira, de 8h às 17h
- e-OUV: eouv.pi.gov.br
e-SIC: www.acessoainformacao.pi.gov.br
- E-mail: atendimento@ouvidoriageral.pi.gov.br
- Av. Pedro Freitas, 1900, Centro Administrativo, bairro São Pedro, Teresina - PI

Gerência de Transparência e Controle Social (GETCS)

Gerente: Alexandre Farias Chaves (Auditor Governamental)

Missão

- Realizar as atividades de avaliação, controle, orientação e acompanhamento das políticas de acesso à informação pública e de promoção do controle social.

Competências

- Gerir os pedidos de informação solicitados via e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão), criado a partir Lei n.º12.527/11, que permite a qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhar pedidos de acesso a informação para órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Piauí.

Através do e-SIC é possível acompanhar o prazo pelo número de protocolo gerado e receber a resposta da solicitação por e-mail; entrar com recursos, apresentar reclamações e consultar as respostas recebidas.

Em dezembro, a estrutura do teleatendimento da Ouvidoria foi remanejada para a sede da Controladoria-Geral do Estado.



Ações

✓ Mais respostas

187 respostas aos pedidos enviados à Controladoria-Geral do Estado

✓ Encaminhamentos

276 encaminhamentos de pedidos enviados à CGE e o monitoramento da atuação dos órgãos quanto ao atendimento dos pedidos de informações com o propósito de garantir o retorno da resposta em tempo hábil.

✓ Sistemas

Visando um melhor acompanhamento das solicitações de acesso à informação, a GETCS idealizou o painel de informações (dashboard) que permite a visualização das demandas em aberto, mostrando um panorama dos pedidos quanto a sua situação. Tal trabalho foi realizado de forma conjunta com a GETIN.

Iniciou-se a elaboração do Protótipo do Novo Portal da Transparência para ampliar a usabilidade, tornando-o mais intuitivo.

✓ CPI da COVID

Apoio à SESAPI no processo de respostas às demandas pelos Senadores da CPI da COVID e submetidas ao Estado;

✓ PNPC e E-Prevenção

Apoio à Rede Controle no tocante ao lançamento do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção

✓ Avaliação

IEGE – Interação junto à SEFAZ e SEPLAN no processo de avaliação do IEGE/TCE;

Corregedoria-Geral do Estado do Piauí (CRG)

Antônio Lima Bacelar Júnior (Corregedor-Geral do Estado)

A Corregedoria-Geral do Estado (CRG) foi instituída, no âmbito da Controladoria-Geral do Estado, em 2019, por meio da Lei Complementar N° 241, de 22 de abril de 2019.

Missão

- Promover, orientar e coordenar os trabalhos de correição no âmbito do Poder Executivo Estadual.

Competências

- Realizar ou determinar a realização de correições, que compreendem as atividades relacionadas à prevenção e apuração das irregularidades, no âmbito do Poder Executivo estadual, por meio da instauração e condução de processos administrativos disciplinares, sindicâncias e demais procedimentos correcionais, e propor a adoção das medidas administrativas e disciplinares cabíveis;
- Promover cursos regulares de capacitação relacionados com os objetivos da corregedoria;
- Realizar ou determinar a realização de correições, que compreendem as atividades relacionadas à prevenção e apuração das irregularidades
- Realizar inspeções correcionais e visitas técnicas nos órgãos e nas entidades;

Resultados

✓ **327**

Processos Administrativos
Disciplinares instaurados

✓ **241**

Relatórios Emitidos

✓ **194**

Propostas de demissão

✓ **42**

Propostas de absolvição ou
arquivamento

✓ **03**

Propostas de suspensões

✓ **02**

Cassações de aposentadoria





PARTE 4
PUBLICAÇÕES

Comunicação Institucional

Missão

- Promover as atividades de comunicação social, compreendendo imprensa, publicidade, propaganda, relações públicas e promoção de eventos da CGE.

Competências

- Coordenar a política de comunicação social e institucional da Controladoria-Geral do Estado do Piauí, conforme definição da administração superior;
- Executar o serviço de comunicação, tais como: telefonia, correio eletrônico, correspondência escrita e outros;
- Pesquisar matérias veiculadas pela mídia, de interesse da Controladoria-Geral do Estado do Piauí;

Toda e qualquer divulgação e vinculação da imagem da CGE/PI está alinhada às diretrizes de comunicação do órgão, bem como da Coordenadoria de Comunicação do Estado de Piauí.



PUBLICAÇÕES

Canais de comunicação

Com uma linguagem transparente e para o alcance da compreensão dos cidadãos e relacionamento com a imprensa, a CGE/PI mantém perfis institucionais nas seguintes mídias digitais: *Instagram, Facebook, Youtube, WhasApp*, além do site institucional.

✓ Site Institucional

www.cge.pi.gov.br

89 matérias no site institucional que também foram encaminhadas para a Coordenadoria de Comunicação Social – CCOM.

✓ Instagram e Facebook

  @cgepi

A CGE/PI pretende, por meio da comunicação digital e presença nas principais mídias, se comunicar com seus públicos de maneira direta e transparente.

✓ YouTube

 CGE - PI

A CGE possui participação no YouTube, levando em conta o potencial de impacto desse canal e do poder de engajamento dos vídeos.

✓ **347** inscritos

✓ **21** vídeos publicados

✓ **8.829** visualizações

4º Fórum Piauiense de Controle Interno

Realizado nos dias 11 e 12 de novembro de 2021 no Blue Tree Towers Rio Poty Hotel

Com o objetivo de disseminar as boas práticas de gestão e controle nos órgãos públicos e fomentar a participação da sociedade na administração pública, esse evento foi voltado para servidores públicos, principalmente, para os que atuam nas áreas de controle interno, bem como gestores e comunidade em geral.

Na solenidade, a vice-governadora, Regina Sousa, juntamente com o Controlador-Geral do Estado, Márcio Rodrigo Souza e o presidente da Associação dos Auditores Governamentais do Estado do Piauí, José Carlos Nogueira abriram o evento e conferiram a palestra magna: Perspectivas econômicas para o Estado do Piauí, do Secretário de Estado da Fazenda, Rafael Fonteles.



✓ Presença

Mais de 300 pessoas estiveram presentes no evento, enquanto outros 2.205 telespectadores assistiram a transmissão pelos canais CGE/PI e Governo do Estado do Piauí, no YouTube.



✓ Realização

A edição foi promovida pela Associação dos Auditores Governamentais do Estado do Piauí (AAGEPI), com o apoio e patrocínio do Governo do Estado, através da Controladoria-Geral do Estado do Piauí, Secretaria de Estado da Cultura (Secult), Coordenadoria de Comunicação (CCOM) e Piauí Conectado.



Durante o evento aconteceu a entrega do "Prêmio Eficiência do Controle Interno", em que os órgãos do Poder Executivo obtiveram a melhor avaliação de desempenho no ano de 2021, tomando-se como base o Índice de Eficiência do Controle Interno, aferido pela AAGEPI com apoio da CGE. Na oportunidade, os servidores também foram agraciados com o "Prêmio Servidor Eficiente", criado em 2021.

PRÊMIO EFICIÊNCIA DO CONTROLE INTERNO

Os Núcleos de Controle Interno (NCI's) são avaliados anualmente pela Controladoria-Geral do Estado do Piauí, visando identificar os órgãos com melhores práticas na área de controle interno, conforme Portaria N° 70, de 19 de outubro de 2021.

✓ Critérios de avaliação

Para a avaliação de que trata o Prêmio, a CGE-PI utilizará o Indicador de Desempenho do Núcleo (IDN) estabelecido por critérios objetivos, obtidos pela seguinte fórmula:

$$\text{IDN} = (3x \text{IPPA}) + (3x \text{IMRA}) + (4x \text{ICIA}) - (2x \text{IONS})$$

IPPA = Índice de Processos de Pagamentos Analisados, calculado pela razão entre a Quantidade de Pagamentos Analisados (QPA) e a Quantidade Total de Pagamentos (QTP);

IMRA = Índice do Montante de Recursos Analisados, calculado pela razão entre o Montante de Recursos Analisados (MRA) e o Montante de Recursos Total dos processos analisáveis (MRT);

ICIA = Índice de Consistência de Itens Auditados, calculado pelo complemento (1-) da razão entre o Total de Inconsistências Detectadas nas Respostas Auditadas (TIRA) e o Total de Respostas Auditadas (TRA);

IONS = Índice de Ocorrências Não Sanadas, calculado pela razão entre a soma da Quantidade de Ocorrências Não Sanadas (QONS) e a soma da Quantidade de Ocorrências Detectadas (QOD).

PRÊMIO SERVIDOR EFICIENTE

Nessa edição, criamos o Prêmio Servidor Eficiente para agraciar os servidores mais eficientes no desempenho das atividades na área de controle interno em consonância com Portaria N° 70, de 19 de outubro de 2021.

✓ Critérios de avaliação

Para a avaliação de que trata o Prêmio, a CGE-PI utilizará o Indicador de Desempenho do Servidor (IDS) estabelecido por critérios objetivos, obtidos pela seguinte fórmula:

$$\text{IDS} = (5x \text{IIA}) + (5x \text{ITMIAA}) - (2x \text{IIIS})$$

IIA = Índice de Itens Analisados, calculado pela razão entre a Quantidade de Itens Analisados pelo Servidor (QIAS) e a Quantidade de Itens Total Analisada (QITA) no período avaliado;

ITMIA= Índice de Tempo Médio de Item Analisado, calculado pela razão entre o Tempo Médio de Análise de Item (TMAI), considerando todos os itens, e o Tempo Médio de Análise de Item pelo Servidor (TMAIS) no período avaliado;

IIIS = Índice de Inconsistência de Itens do Servidor, calculado pela Razão entre o Total de Inconsistências Detectadas nas Respostas do Servidor (TIRS) e o Total de Respostas do Servidor (TRS), considerando as respostas avaliadas nos relatórios de inspeção pela CGE.

Programação

No evento, palestrantes renomados debateram temas relevantes para a administração pública, tais como avaliação de riscos, eficiência, economicidade, conformidade e inovação na gestão pública. O evento é voltado para servidores públicos, principalmente para os que atuam nas áreas de controle interno, bem como gestores e comunidade em geral.

✓ Perspectivas Econômicas para o Estado do Piauí

Ministrada pelo secretário de Fazenda do Estado do Piauí, Rafael Fonteles, a palestra destacou que o controle interno permite desenhar melhor os fluxos seguindo com eficiência, cumprindo a legalidade, sem comprometer a agilidade e evitando burocracia.



✓ Controle com Foco na Eficiência e Economicidade das Contratações Públicas

Ministrada pelo auditor do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (TCE/RJ), Eduardo Guimarães, a palestra discutiu o processo de contratação pública, com base na nova Lei de Licitações, especificamente o controle sob a ótica da eficiência e economicidade.



✓ Gestão de riscos com base na nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021)

Ministrada pela advogada e especialista em Compliance em Licitações, Monique Rocha (DF), a palestra discutiu a necessidade de capacitação do agente público e a compreensão do que o legislador sobre a nova Lei.



Programação

✓ Maturidade emocional no ambiente de trabalho

Ministrada pela jornalista e analista comportamental, Karina Matos, a palestra abordou como são as reações diante das situações enfrentadas e como a maturidade é trabalhada desde a fase inicial da vida.



✓ Consórcio Nordeste como um case de inovação na gestão pública

Ministrada pelo chefe de gabinete do Consórcio Nordeste, Glauber Piva, a palestra abordou como construir um projeto comum para o Nordeste, que signifique eficiência de gestão, combate às desigualdades interestaduais e inter-regionais.



✓ Eficiência e inovação na gestão pública

Conduzida pelo Auditor governamental da CGE/PI, Kilmer Távora, e mesa redonda contou com a presença do Superintendente de Gestão da SEFAZ, Antonio Luiz Soares Santos; a Superintendente de Controle Interno deste Tribunal (TJ/PI), Janayna Lustosa Lima; o controlador interno do MPPI, Francisco Mariano de Araújo Filho; o conselheiro substituto do TCE/PI, Delano Carneiro da Cunha Câmara; e o auditor-geral da ALEPI, Francisco de Assis Oliveira de Sousa



Artigos publicados

Economia e Cidadania



KILMER TÁVORA TEIXEIRA

ECONOMISTA, AUDITOR DA CGE/PI E CONSELHEIRO DO CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DO PIAUÍ

Neste Dia do Economista, gostaria de convidar o leitor para uma reflexão sobre a economia e como ela é vinculada ao exercício da cidadania e de nossos direitos fundamentais. O objeto de estudo da Economia é a escassez de recursos e sua gestão distribuindo-os da melhor forma possível. Normalmente, as necessidades de toda a sociedade vão além da disponibilidade desses recursos, o que levou a necessidade de se estudar como racionalizar e “dividir o bolo”, ainda que nem todos fiquem plenamente satisfeitos.

Aliás, a metáfora do bolo é cabível.... Se tenho um bolo pequeno para muitas pessoas tenho que dividi-lo igualmente em pedaços pequenos. Todos comerão, porém ficará a sensação de querer mais. Em Economia é assim.

É aí que entra a Cidadania. No caso do bolo, imagine que alguns não receberam seu pedaço porque outros pegaram pedaços maiores... Está criado o conflito. Podemos imaginar que um economista falou como deveria ter sido cortado o bolo, porém quem o cortou privilegiou algumas pessoas de relacionamento mais próximo. Ou seja, quem não pegou seu pedaço teve seu direito negado. Não foi o economista o responsável pela distribuição (ele não cortou o bolo) pois ele estabeleceu a regra, mas não a cumpriram. Muitas vezes, o economista fica em evidência e é visto como o vilão.... Mas nem sempre seguem seus conselhos.

É claro que tudo que escrevemos acima é um mundo hipotético... pois até entre economistas existem conflitos de ideias. Já a bastante tempo duas escolas de pensamento em economia se desafiam: o liberalismo e o keynesianismo.

Em termos simples (mas o buraco é mais embaixo acreditem) o liberalismo defende a mínima intervenção do Estado na Economia, tendo uma função simples de regular as relações econômicas e deixando o mercado resolver quaisquer anomalias através do equilíbrio de preços e quantidades... a velha Lei da Oferta e Procura. Já o Keynesianismo identifica que o mercado possui suas falhas, que geram crises de tempos em tempos e que é necessário que o governo intervenha (atue) como agente econômico para estimular a economia.

Ambas as escolas têm seus méritos e possuem argumentos logicamente convincentes e não poderia ser diferente...

**JORNAL MEIO NORTE
TERESINA (PI)
14 e 15 de agosto de 2021**



Economistas costumam ser inteligentes. No conflito, chega-se a um acordo dependendo da situação. Às vezes é necessário ser Keynesiano e outras vezes o liberalismo é a solução adequada.

A cidadania no entanto é penalizada quando o executor de políticas fiscal e monetária (o governo) enxerga somente uma corrente de pensamento, desprezando as demais (existem outras escolas). A pluralidade de soluções é a melhor arma da Economia e não pode ser desprezada.

Explicando melhor. Para exercer sua cidadania plena, é necessário que o cidadão possua uma estrutura básica de renda, ou seja: emprego (ou trabalho), renda mínima, acesso a crédito, inflação sob controle, juros baixos. Isto porque com esses elementos ele pode garantir outros direitos sociais tais como Educação, Saúde e moradia por exemplo.

A Economia portanto deve buscar garantir aqueles elementos para todos garantindo assim o pleno exercício da cidadania. É uma tarefa árdua, haja vista que o lenço é curto... se cubro a cabeça descubro os pés.

Para que o leitor tenha uma ideia, examinando-se o orçamento da União para 2021, verificamos que a receita total esperada é de 4,2 trilhões de reais, e desse total somente 144 bilhões estão previstos para investimentos. Parece muito mas isso só representa 3,3% do orçamento, sendo o restante destinado a despesas obrigatórias tais como rolagem da dívida, gastos com pessoal, precatórios, subsídios, transferências involuntárias... a lista é grande.

Mais do que nunca portanto, se faz necessário que governos ouçam seus bons economistas e que os mesmos entrem em acordo com suas ideias e assim possamos exercer a cidadania através de uma boa economia para todos.

Artigos publicados

Precarização de Serviços Públicos e Arrocho Fiscal no Brasil



MÁRCIO RODRIGO A. SOUZA

AUDITOR GOVERNAMENTAL E CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ E PROFESSOR EFETIVO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ.

**JORNAL MEIO NORTE
TERESINA (PI)
18 de agosto de 2021**



A vida cotidiana dos brasileiros está cada dia mais precarizada. Por um lado, o custo de vida cresce a galope largo, a inflação acumulada nos últimos doze meses, segundo o Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, ultrapassa a casa dos 35%. No caso específico da gasolina, um insumo importante que impacta na cadeia logística de todo o mercado, especialmente na mobilidade urbana das cidades, o aumento apenas este ano ultrapassa 51%. Por outro lado, os serviços públicos estão cada dia piores, o transporte público urbano em nossa capital, por exemplo, encontra-se em estado de decomposição. As instituições públicas de educação funcionam em condições deploráveis, o sistema público de saúde não atende à população com a dignidade devida e a sensação de insegurança predomina no seio social. Isso para não falar das vias públicas, das estradas e de outros bens públicos estruturais inexistentes.

Segundo pesquisa realizada pela Confederação Nacional das Indústrias - CNI, em 2016, mais de 90% das pessoas acreditam que os serviços públicos no Brasil deveriam ser melhores em razão da elevada carga tributária que suportamos para manter o Estado. Em 2013, o volume era de 83%, e em 2010, de 81%, o que demonstra uma crescente insatisfação das pessoas com a qualidade dos serviços públicos em nosso país. De acordo com dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, de 2018, a carga tributária no Brasil ultrapassa 32% do Produto Interno Bruto - PIB, isso representa que praticamente um terço de toda produção do país é consumida pelo Estado em forma de imposição tributária. Em termos comparativos, no Chile, nosso vizinho sulamericano, essa relação é de apenas 20%. Em contraponto a isso, o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH do Chile é o melhor da América do Sul, 0.851, enquanto o Brasil ocupa a deplorável sexta posição, 0.765, ficando atrás ainda de Argentina, Uruguai, Peru e Colômbia, respectivamente.

Parece óbvio que são muitas variáveis que influenciam essa situação marginal do Brasil, tanto com viés político, social, econômico, cultural, enfim, mas fatalmente a ineficiência dos governos em usar o dinheiro público contribui sobremaneira para o agravamento dessa condição.

Essa ineficiência pode ser definida aqui em termos econômicos pelo gasto realizado acima do valor justo (aquele estabelecido pelo mercado em concorrência) ou em quantidade acima daquela necessária para satisfazer a real demanda social e administrativa. Em ambos os casos, há uma fuga de dinheiro público, oriundo dessa escorçante carga tributária, para caminhos obscuros. Esse "desperdício" de recursos em alguns contratos dos governos, implica na inexistência ou insuficiência de verbas para atender às reais demandas na educação, na saúde, na segurança, nas ações sociais, só para citar algumas. Em termos operacionais, a ineficiência dos governos está ligada ao baixo nível de profissionalização dos agentes responsáveis por tomar decisões administrativas e executá-las, conforme o mandamento legal, acarretando em morosidade excessiva, retrabalhos e até mesmo na paralisia mortal.

No Piauí, a Controladoria-Geral do Estado vem desenvolvendo um trabalho árduo para mitigar riscos de sobrepreços nos contratos públicos, visando garantir maior eficiência no uso dos recursos orçamentários. No último ano, conseguimos reduzir os preços de referência de contratos públicos em mais de 386 milhões de reais, o que representa aproximadamente o triplo da média dos últimos cinco anos. Isso mostra uma iniciativa inovadora no Estado do Piauí em busca de estabelecer controles preventivos eficazes para racionalizar o uso do dinheiro público, possibilitando que os preços públicos sejam compatíveis com os preços de mercado e permitindo que essas "economias" possam ser usadas em proveito das políticas públicas finalísticas, elevando, em tese, o potencial de prestação de serviços do Estado.

Artigos publicados

Compras públicas a preço de mercado



MÁRCIO RODRIGO A. SOUZA

AUDITOR GOVERNAMENTAL E CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ E PROFESSOR EFETIVO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ.

**JORNAL MEIO NORTE
TERESINA (PI)
28 de agosto de 2021**



Um grande desafio para qualquer gestor(a) de políticas públicas é, sem dúvidas, garantir que o sistema de compras governamentais funcione adequadamente, de modo que não haja rupturas nos fluxos de abastecimentos de bens e serviços necessários para o bom funcionamento das organizações. A rotina cotidiana das repartições públicas exige uma série de gastos para suprir as necessidades relativas a bens de consumo (medicamentos para os hospitais, material didático para as escolas, combustível para as viaturas das forças de segurança, só para citar alguns itens essenciais) e bens de capital (construção e reforma de estradas, escolas, hospitais, compra de equipamentos como computadores, respiradores mecânicos, ambulâncias, dentre tantos outros).

Em tese, no mínimo 40% da receita operacional arrecadada pelos Estados e Municípios deve ser usada para abastecer esse fluxo de compras, haja vista que a outra parte, até no máximo 60% da receita corrente líquida pode estar comprometida com o pagamento dos salários, gratificações e encargos relativos à folha de pessoal. Além dessa parcela da receita pública, aquelas oriundas de empréstimos, venda de ativos (privatizações) e transferências voluntárias (não obrigatórias) do governo federal devem ser empregadas exclusivamente para realização de investimentos, compra ou formação de bens de capital (bens duráveis).

Para se ter uma noção da ordem de grandeza desses valores, para o ano de 2021, o Estado do Piauí orçou R\$ 13,3 bilhões de despesas, das quais R\$ 11,1 bilhões são destinados para manutenção da máquina pública, R\$ 1,7 bilhão destinado a investimentos e cerca de R\$ 500 milhões vão para pagamento da dívida pública. Na capital, Teresina, o orçamento das despesas públicas para 2020 apresentou R\$ 2,9 bilhões em despesas de custeio, cerca de R\$ 685 milhões para investimentos e R\$ 70 milhões para pagamento de dívidas. Em breve análise, transparece dos dados apresentados o pesado custo de manutenção das organizações públicas. O esforço para manter as estruturas administrativas, na média, é aproximadamente 6 vezes maior do que os investimentos.

Podemos estimar que aproximadamente R\$ 8 bilhões são gastos anualmente pelo governo do Estado e a prefeitura Municipal de Teresina em compras governamentais, seja em compras de bens de consumo (70% desse valor) ou em aquisição de bens de capital (30% do total).

A Constituição Federal em vigor no Brasil estabelece que as contratações de obras, bens e serviços devem sempre ser precedidas de processo licitatório que assegure a todos os possíveis fornecedores igualdade de condições na concor-

rência, além de obedecer aos princípios fundamentais que regem a Administração Pública. Desde 1993 vigora no país a Lei Federal n.º 8.666 que regulamenta o processo de licitação e contratação no setor público. Recentemente, em primeiro de abril de 2021, foi sancionada a nova lei de licitações (Lei Federal n.º 14.133), segundo a qual, dentre os diversos princípios a serem observados nas contratações públicas, estão incluídos: eficiência, competitividade e economicidade.

A aplicação real desses princípios nas contratações públicas pode promover uma verdadeira revolução nas contas públicas, na medida em que buscam estabelecer um preço de mercado para as compras governamentais. O preço de mercado pode ser compreendido como um valor pelo qual um bem é negociado entre agentes econômicos livres, detentores de informações sobre a transação, em uma situação de concorrência, regida pela “lei de oferta e procura”.

Se analisarmos os gastos públicos unitários de determinados bens ou serviços podemos ter uma visão objetiva sobre o tamanho do esforço que é preciso fazer para, de fato, garantir eficiência, competitividade e economicidade nos gastos públicos. Uma despesa comum a todas as entidades públicas é a locação de veículos. Um dos veículos mais alugados pelo setor público, atualmente, é do tipo caminhonete, pickup, 4x4, cabine dupla, tração nas 4 rodas, etc. Uma rápida análise no Portal de Licitações e Contratos do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, nos reporta uma enorme discrepância entre os valores unitários contratados. Na Polícia Militar do Piauí (contrato n.º 16/2020), o valor unitário mensal desse veículo é de R\$3.828,36, já na Prefeitura Municipal de Paulistana, (contrato n.º 103/2021) o valor unitário mensal é de R\$6.812,50 e na Prefeitura Municipal de Lagoa de São Francisco (contrato n.º 68/2021) o valor unitário mensal é de R\$7.000,00. Entre esses casos, só para termos um exemplo, há uma variação de 82,86% que poderia ser “economizada”, sem prejuízo para o serviço público.

A questão a ser levantada diante dessa realidade exorbitante é: quais instituições poderiam fomentar a eficiência e a economicidade nas compras governamentais?

Artigos publicados

Reforma tributária: A justiça fiscal é tão importante quanto a simplificação



CARLA ELMIRA NOGUEIRA M. LIMA

**AUDITORA GOVERNAMENTAL DA CONTROLADOR-
GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ**

**JORNAL MEIO NORTE
TERESINA (PI)
04 de setembro de 2021**



Neste mês de outubro ocorreu o Fórum Internacional Tributário - FIT 2021, que trouxe significativas contribuições na temática de tributação, desigualdade e desenvolvimento tanto no Brasil como na América Latina. O fórum acontece em um momento relevante em que se discutem reformas tributárias nacionais, a exemplo da PEC 110/19, conhecida como a ampla reforma tributária, que visa extinguir uma série de tributos indiretos e concentrá-los em um tributo sobre o valor agregado, o chamado IBS - Imposto sobre operações com Bens e Serviços e também o PL 2337/21, conhecido como a reforma do Imposto de Renda (ainda que este último projeto esteja sendo considerado "morto" por alguns dos integrantes do Senado Federal).

A principal coisa que se percebe diante de todos esses debates é que o Brasil, assim como nossos vizinhos latino-americanos, está completamente na contramão das tendências de tributação mundiais. Temos uma tributação essencialmente focada no consumo, regressiva - aquela que pesa mais no bolso de quem tem menos - o que contribui para a vergonhosa disparidade na distribuição de renda em todo o país. Não por acaso somos o vice-campeão no ranking de desigualdade gerada pela concentração de renda, do qual participam 180 países (fonte: Pnud 2019) e para que um brasileiro pobre atinja apenas a renda média da sociedade são necessárias nove gerações inteiras (fonte: banco de dados de distribuição de riqueza da OCDE).

Assim, a reforma do sistema nacional de tributação, visando sua simplificação é importantíssima, mas ela não pode jamais estar dissociada de ser usada como ferramenta essencial para o desenvolvimento e bem-estar social. A tributação tal qual está agora, focada principalmente nos tributos indiretos sobre consumo, faz mal para a competitividade do nosso sistema produtivo, para o crescimento da nossa economia e, principalmente para aqueles que estão em situação de vulnerabilidade econômica.

Ao contrário do que a maioria de nós pode pensar, a carga tributária do Brasil em relação ao PIB não é alta, estando na média do que é praticado nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento - OCDE. Porém, olhando mais a fundo a composição da tributação é que começam as discrepâncias: os impostos sobre a renda nesses países da OCDE compõem 34,10% em média do total da tributação, enquanto que no Brasil esse percentual é de apenas 21%.

Já os impostos sobre consumo a situação é inversa, o Brasil tem 49,7% da sua matriz tributária composta por esse tipo

de tributo, bem mais alto que a média de 32,4% dos países da OCDE. Para se ter uma ideia, a participação dos tributos sobre consumo em Portugal é de 38,4% e chega a 17% nos Estados Unidos.

Isso gera uma série de deficiências, mas aqui destaco a redução da renda disponível das famílias mais pobres, aumentando a desigualdade e, mais uma vez, limitando o desenvolvimento nacional. Além disso, esse destaque aos tributos indiretos, que se acumulam e geram créditos (ou não) ao longo da cadeia produtiva ocasiona também a complexidade que já conhecemos e que torna nosso sistema mais vulnerável a alguns abusos no uso de incentivos fiscais que acirram ainda mais a chamada guerra fiscal entre estados e municípios e as vezes os ganhos de tais medidas de isenção são difíceis de serem mensurados com precisão.

Ainda falando sobre tributos sobre a riqueza em comparação a outros países, temos a singelíssima alíquota máxima de 8% do nosso ITCMD - o imposto sobre doações e heranças - contra os 15% que compõem a alíquota média dos países da OCDE. No Japão, por exemplo, a alíquota percentual máxima desse imposto chega a 55%.

Isso é só um (dos muitos) exemplos que mostram o baixo peso dos tributos sobre o patrimônio e a renda, distanciando o Brasil de um sistema tributário nacional baseado na equidade e na justiça social. Por aqui, pouco se fala sobre o assunto e a maioria das produções legislativas sobre o tema encontra dificuldades de avançar.

Por fim, retorno ao tema que está mais em pauta na reforma, que é a simplificação, mas não se pode deixar que este seja o objetivo master enquanto se mantém o maior peso da tributação nos consumidores e nos mais pobres, tributando com pouquíssimo empenho as grandes fortunas e grandes patrimônios.

Reforma tributária com justiça social não é um devaneio, não é uma inovação, é o que vários países no mundo, capitalistas como nós, fizeram ou estão fazendo em prol do seu próprio desenvolvimento e o Brasil não pode (mais uma vez) ficar para trás.

Artigos publicados

O Brasil com fome, de novo!



CARLA ELMIRA NOGUEIRA M. LIMA

AUDITORA GOVERNAMENTAL DA CONTROLADOR-
GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ

**JORNAL MEIO NORTE
TERESINA (PI)
25 de outubro de 2021**



Tem sido ainda mais recorrente, neste último ano, ver pessoas de todos os jeitos nos sinais vermelhos de Teresina, uma das mãos estendida a pedir e na outra um cartaz (ou um isopor ou qualquer coisa coisa em que se possa escrever): Fome não fala, mas a gente sente.

Mas o fato é que a fome fala. No país apontado pela Organização Mundial do Comércio como o segundo maior exportador de alimentos do mundo (dados de 2019) mais de 19 milhões de pessoas estão passando fome (dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, feito pela Rede PENSSAN - disponível no site olheparaafome.com.br). Retrocedemos aos números do início dos anos 2000 e o Brasil está com fome, de novo.

Não que seja surpreendente: qualquer brasileiro é capaz de chegar ao resultado final da equação que envolve 14,8 milhões de desempregados e a escalada assustadora do preço dos alimentos. Então, era previsível que os números da fome seriam alarmantes, mas, mesmo sabendo não havia como alguém se preparar para o choque de termos estes 19 milhões de brasileiros passando fome.

A fome é um dos sinônimos para insegurança alimentar grave e, se considerarmos também os casos de insegurança alimentar moderada, onde a pessoa não dispõe de alimentação suficiente, chega-se ao marco tão triste quanto vergonhoso de 43,4 milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar. É a nossa mais antiga e orgânica endemia, recorrente e implacável, tão orgânica que algumas vezes fico estarecida em como parecemos anestesiados, vencidos pela nossa própria indiferença, vendo tantas e tantas vezes o tal cartaz "Fome não fala, mas a gente sente" nos sinais vermelhos.

Para os que, como eu, sentiram-se perdidos diante dos dados, sem saber o que fazer, deixo a dica: há sempre alguém perto de você, ou que precisa muito ou que conhece alguma iniciativa que beneficia exatamente as pessoas em situação de maior vulnerabilidade.

Para os nossos governantes, lembrei-me de uma coluna antiga, escrita no também antigo Caderno B do Jornal do Brasil, ali no meio dos anos 60 e 70 (para os leitores verem como é realmente recorrente e implacável essa nossa endemia de fome) que dizia, em livre adaptação, que "o líder que tiver como meta a solução econômica do problema da comida será tão abençoado por nós como, em comparação, o mundo abençoará os que descobrirem a cura do câncer."

Só discordo, com o máximo de educação e respeito à colunista de um ponto: a idéia de um líder, uma única pessoa ou um mito que solucionará definitivamente o problema da fome é confortável, mas é ingênua demais diante de todos os pormenores da insegurança alimentar, que tem rosto, lugar, gênero, cor e tem até nível de escolaridade, andando de mãos dadas com outros problemas igualmente graves, como a falta de água potável.

A solução para erradicar a fome passa necessariamente por um projeto organizado de políticas de geração de emprego e renda. É fácil culpar inteira e unicamente um vírus, porém, a Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF - do IBGE, no ano de 2018 e, por tanto, antes da pandemia, já apontava que 10,3 milhões estavam passando fome. Difícil é tentar ocultar o desastre a céu aberto que foram (e, infelizmente, continuam sendo) as escolhas políticas escabrosas e a negligência na adoção de medidas de proteção social.

Por óbvio, temos pressa. Estamos agora a discutir problemas que nem deveriam existir e há pouco tempo para os 19 milhões de brasileiros que têm pressa. A fome, ela não só fala, ela grita e é mais urgente que qualquer outra coisa.



Equipe Técnica

Coordenação Geral, Elaboração,
Diagramação e Revisão Ortográfica

Ana Virgínia da Silva Santos

Andressa de Sousa Carvalho (*estagiária*)



Prevenção, Controle e Transparência



Piauí
GOVERNO DO ESTADO